

A FORMAÇÃO DA
IDENTIDADE REGIONAL EM
NUEVO LEÓN – MÉXICO

*THE FORMATION OF THE
REGIONAL IDENTITY IN
NUEVO LEÓN – MEXICO*

Victor Barrera Enderle
(UANL-Mx)¹

Tradução: Tiekō Yamaguchi Miyazaki
(UNEMAT)²

RESUMO: Este ensaio trata da recente elaboração de uma categoria de classificação literária: a “Literatura do Norte”. A literatura mexicana recente tem experimentado uma série de transformações profundas. A hegemonia das indústrias culturais tem promovido deslocamentos profundos no interior do campo literário. A antiga centralização cultural se viu deslocada por no-

¹ Docente de graduação e Pós-Graduação em Literatura e Ensino, da Faculdade de Filosofia e Letras (FFyL) da Universidade Autônoma de Nuevo León (UANL), Monterrey, México. victorbarrera@hotmail.com

² Docente do Mestrado em Estudos Literários (PPGEL), da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), câmpus de Tangará da Serra. Mato Grosso.

vas formas de ordenação e difusão da literatura. O Estado, antigo patrocinador cultural, perdeu seu lugar de protagonista para as novas editoras transnacionais que reorganizaram a cartografia das letras mexicanas sob critérios mercadológicos. Ao Norte correspondeu uma narrativa centrada em alguns tópicos: fronteira, narcotráfico, migração, deserto, etc. O presente ensaio aborda as diferentes manifestações desse processo.

PALAVRAS-CHAVE: Literatura mexicana. Literatura do Norte. Indústrias culturais. Fronteira.

ABSTRACT: This essay reflects on the recent development of what it seems to be a literary category: "Northern Literature". Recent Mexican literature has undergone a series of profound transformations. The hegemony of cultural industries has produced deep movements into the literary field. Former cultural centralization was displaced by new forms of organization and dissemination of literature. The State, old cultural sponsor, lost its leading role among the new transnational publishers that reorganized the maps of Mexican literature under market logics. In the North, the narrative had to be centered on a few topics: borderland, drug trafficking, migration, desert, etc.. This essay discusses the different expressions of this process.

KEYWORDS: Mexican literature; Northern Literature; Cultural industries; Borderland.

Mas quando surge a identidade de Nuevo León? Melhor: como se forma? Quais são as estratégias (políticas, sociais, culturais, lingüísticas, literárias) idôneas para sua configuração? É evidente que a identidade da região não nasce espontaneamente, de um dia para outro; ainda que ela tenha se consolidado, em nosso caso, em um período preciso: a independência. A emancipação política reavivou na região uma antiga disputa sobre um assunto de capital importância: a representação jurídica de seus habitantes. A transferência da condição de súditos de uma monarquia longínqua e

autoritária à de cidadãos de uma nação nova e com “futuro venturoso” avivou os desejos de participação e discussão da incipiente elite política local. Era preciso gestão de uma representação favorável aos interesses da comunidade (públicos e privados). Entretanto o problema de base era muito mais importante e obedecia à necessidade de construir uma imagem, uma ideia, uma experiência, uma identidade do espaço e da sociedade locais.

Ninguém melhor que frei Servando Teresa de Mier compreendeu essa conjuntura: dele me ocuparei um pouco mais adiante. O novo problema: a relação com o centro. Durante a administração colonial, a região recebia um tratamento “legalmente” subordinado às autoridades monárquicas e religiosas; agora as coisas tinham mudado drasticamente. Existia a possibilidade de uma relação menos vertical com os poderes representativos da nação.

Com relação a este assunto há algumas questões fundamentais que é preciso definir, ainda que de maneira sucinta. Antes de mais nada está uma palavra antiga que nesse momento ganhava um significado novo: *nação*. A nação havia sido, nos tempos anteriores à modernidade ocidental, uma designação regional; com o advento da Ilustração e a elevação da razão como principal instrumento de organização política, a nação havia adquirido uma designação hegemônica, política: o suporte e a legitimação do Estado soberano.

Antes de prosseguir pelo sinuoso caminho da formação dos estados modernos, vou me deter no termo nação e me valho da definição que lhe dá o historiador inglês Eric Hobsbawn: “A característica básica da nação moderna e de tudo que se relaciona com ela é a sua modernidade”. Antes da modernidade, *nação* significava, como acabo de assinalar, o “conjunto” de habitantes ou súditos de uma província, região, país ou reino. Foi o pensamento moderno, isto é, a racionalização das novas funções públicas, que configurou, ao longo dos séculos XVIII e XIX, a acepção moderna do termo: “Estado ou corpo político que reconhece um centro comum supremo de governo.” (HOBSBAWN, 2000, p.23).

A grande mudança: a união de governo e nação. Esta unidade fortalece a elaboração de uma simbologia particular que fará seus habitantes (governados e governantes) se reconhecerem em um mesmo território discursivo. Na etapa pré-moderna, a nação, na medida em que se referia a uma região ou território, dificilmente constituía uma unidade política (fora das fronteiras estritamente regionais), embora, isso sim, configurasse um espaço identitário que se diferenciava de outros através de uma série de elementos básicos: língua comum, raça, tradições etc, e esse aspecto é digno de ser lembrado ao se refletir sobre a crítica e a literatura de alguma região.

A nação moderna, ao ser uma elaboração simbólica realizada na esfera do Estado, tenderá a “eliminar” as características regionais (fundamentos da antiga acepção do termo em questão) nas aras da configuração d “o nacional”. Assim, um país, dotado de uma ou várias nações dentro de seu território, se consolidará, em seu processo de modernização, como um todo homogêneo, ou seja, como um discurso coerente em que se articulem a memória histórica, a língua hegemônica e o discurso político do governo em funções públicas e sociais perfeitamente definíveis, tudo com a finalidade de consolidar uma identidade coletiva sólida e garantia da nova vida política do país.

Na América Latina o processo foi mais intenso. A formação dos Estados-nacionais se viu precedida (e cimentada) pelas lutas de emancipação. As independências colocaram as novas repúblicas na necessidade de projetar um modelo de organização política que garantirá a coesão entre os novos governantes e os novíssimos cidadãos. O grande repto: a demonstração plena da capacidade para o manejo dos assuntos públicos. Os novos problemas: a formação cidadã de seus habitantes e a implementação dos modernos sistemas políticos e econômicos. Porque devemos lembrar que o período da emancipação de nossos países “coincide” com um momento de expansão da economia capitalista, mais especificamente, com o auge do imperialismo ocidental. O próprio processo revolucionário hispano-americano foi projetado como uma

possibilidade comercial para as novas potências do norte da Europa, Inglaterra e França, ou pelo menos assim foi apresentado em Londres pela primeira missão da Venezuela independente em 1810, comandada por Simón Bolívar e Andrés Bello.

A América Latina começava, assim, o seu diálogo com o mundo ocidental (suprimo aqui a relação com Espanha, não somente por ser esta uma monarquia “pré-moderna”, mas também pela hierarquia colonizadora que impôs em nossas regiões, tal imposição subministrou uma infinidade de elementos – língua, cultura, religião, formas de governo, literatura, artes; mas jamais promoveu um diálogo equitativo entre as duas partes) em termos que se pensavam, em um princípio, em harmonia. Para a intelectualidade hispano-americana (desde os jesuítas expulsos até os primeiros críticos insurgentes) a América hispânica apresentava todas as vantagens para a inversão e o desenvolvimento (claro, eles se sustentavam em documentos europeus, como *El Ensayo político del Reino de la Nueva España*, do barão Humboldt e outros: a literatura de viagens e em especial a literatura sobre a América espanhola que ganhou desde o século XVIII uma importância nada desdenhável. As economias em expansão procuravam com afã novos mercados e novas fontes de matérias primas e tinham agora o discurso científico – filho preclaro da modernidade – como via para legitimar suas empresas colonialistas e comerciais).

Com um futuro tão próspero *ad portas*, a intelectualidade hispano-americana, debutando na discussão aberta dos assuntos públicos (recordemos a luta inicial desses sujeitos críticos por impor uma opinião pública, ou seja, um espaço discursivo liberado das censuras oficiais e religiosas), tinha como principal repto a definição de suas formas de governos. Era preciso e urgente demonstrar ante o mundo uma liberação total, verificável em todas as ordens (do econômico até o artístico).

Agora bem, nessas discussões “ fundamentais” (a criação das novas repúblicas está em jogo, não menos que isso), há outro termo

fundamental que requer nossa atenção: o de *soberania*. A soberania é a garantia maior da existência jurídica do Estado-nação. A aparição do sujeito soberano consolida o discurso da modernidade e o define espacial e temporalmente. O ser humano deixa de ser uma abstração e se converte em um sujeito consciente, dotado de uma *autonomia* de pensamento e ação. Isto implica que os novos sistemas ou formas de governar devem – ou deveriam, pois a realidade foi sempre outra – sustentar-se em um diálogo mútuo entre governantes e governados. A soberania se sustenta pela constituição que é um documento moderno por excelência (excluo aqui as constituições monárquicas que sustentavam a sua validade por contratos divinos ou metafísicos, tornando seus reis ou imperadores vicários de deus ou de alguma outra divindade), ali se estabelecem relações em termos de representatividade.

O discurso jurídico do Estado-nação busca a representatividade de todo o território sob a sua custódia. E a partir dessa instância reelabora a idéia de nação e a “constroi” como uma *narração* coerente e plena de significação. Tal plenitude inclui certamente os campos artísticos, e muito significativamente o terreno literário. A literatura transmite uma experiência (estética, ideológica, crítica, ontológica) única, mas compatível com outras experiências. A ficção literária é, nesse momento de fundação, suporte para a imaginação nacional (e regional, conseqüentemente). Porque a ficção torna verossímil o discurso liberal configurado pelo pensamento moderno; vai mais além das restrições da realidade grosseira. Uma sociedade nova, imaginada através da escritura, se converte no tópico principal desse momento formativo.

É certo, a nação moderna, no Ocidente, vai acompanhada da letra impressa. Da reprodução mecânica da escritura, o que provoca, no caso latino-americano, uma cisão profunda e ainda não resolvida: a oposição entre oralidade e escritura. Eu disse não resolvida porque a escritura ganhará em nossos territórios uma significação não somente jurídica mas também social e fará das expressões orais uma forma de marginalização. A escritura será a

princípio manifestação hegemônica, propriedade das elites ilustradas locais. Sua fórmula: a exclusão; sua garantia: o código compartilhado por alguns poucos. Poder, em uma palavra. Mas também acessibilidade. A grande mudança da era insurgente foi a discussão pública das idéias, dos valores cívicos e dos paradigmas estéticos.

Uma vez desarticulado o monopólio do sistema colonial, pôs-se em discussão o trato dos assuntos públicos das novas nações. Quem se encarregaria agora do poder e do controle da representação? Que tipo de nações seriam esses novos países? Na introdução deste ensaio falei da fórmula herderiana que unia discursivamente a nação com a língua específica e com uma tradição bem configurada às necessidades do presente; pois bem, no caso latino-americano, a fórmula calhava com perfeição, pois sua aplicação supunha um forte grau de exclusão.

A situação era clara: torna-se claro um contundente processo de *diferenciação* com relação ao exterior (em particular, com relação à antiga metrópole) e um coerente processo de *assimilação* com relação do interior. Diferenciação: porque era preciso demonstrar a existência de uma civilização própria, de uma cultura autônoma, possuidora de uma tradição, isto é, com um passado cheio de significação simbólica. Assimilação: porque, ao contrário das culturas metropolitanas (que contavam com uma “antiguidade literária” legitimadora de suas produções atuais), as nações hispano-americanas deviam construir seu passado de maneira heróica e estética, fazer dos costumes locais uma fonte de inspiração artística e a base da identidade nacional. O problema não era simples: como dotar de literariedade uma língua que foi imposta pelo conquistador? Isto é, como dotar de um caráter próprio um idioma herdado? Eis aqui a principal tarefa no nascente campo literário hispano-americano. E eis aqui também a sua estreita relação com os processos discursivos dos novos projetos de nação.

Por isso é inevitável a contextualização no momento de ensaiar uma interpretação crítica. É preciso, é quase uma necessidade

imperiosa deixar momentaneamente de lado as noções herdadas e impostas através de quase duas centúrias de preceptivas e modas literárias. Atrevemo-nos a duvidar de tudo, como sugeria Pedro Henríquez Ureña em seus *Seis ensayos em busca de nuestra expresión*.

Apontamentos sobre uma teoria crítica regional latino-americana

O tema que me preocupa aqui é a possibilidade de consolidar uma teoria crítica capaz de dar conta das preocupações literárias nas regiões, isto é, nas periferias geográficas, políticas e estéticas da já de *per se* marginalizada América Latina. Não estou falando, apressome a esclarecer, de configurar uma teoria literária de corte imanente ou restrita ao campo literário, isso chocaria com a noção de região e acabaria por diluir toda possibilidade de elaborar um discurso crítico alternativo, relegando o estudioso ou estudiosa da literatura (tanto no âmbito acadêmico como no público) a um simples reprodutor das interpretações hegemônicas do fenômeno literário. O que pretendo fazer é estabelecer e iluminar conexões entre as produções literárias regionais e as nacionais (e, agora acrescento, as “supra-nacionais”, sustentadas pela hegemonia das indústrias culturais ocidentais e cuja intervenção – e manipulação – no desenvolvimento da literatura latino-americana cresce dia a dia). Como adquire uma obra o “caráter representativo” de um espaço determinado? A representação costuma ser também um ato de exclusão e de tergiversação, sublinho porque é necessário não esquecer isso, sobretudo quando se embarca numa empresa como esta. Por isso, utilizo o termo “teoria crítica”, partindo das noções básicas estabelecidas pela Escola de Frankfurt (isto é, um enfoque interdisciplinar que deve ou pretende dar conta do marginal, do *outro* silenciado nas nossas sociedades, para sua possível transformação, tudo através de um pensamento crítico e reflexivo), mas relacionando a problemáticas pontuais: os campos literários

no interior da América Latina. Em poucas palavras: concentro-me em tentar descrever as relações de poder estabelecidas dentro do quadro das chamadas literaturas nacionais.

O tema é muito complicado porque leva a questionar outros aspectos da vida literária, tais como o discurso e o ensino acadêmico, entre outros. É preciso dizer que esta preocupação tem a ver com nossa função em classe e em gabinete de pesquisa, refiro-me por certo aos espaços marginais para o estudo das literaturas. Explico: ao sugerir um “nós”, remeto a todos aqueles que trabalham com assuntos literários a partir das periferias e não nos conformamos com a reprodução dos manuais de ensino da outrora chamada “literatura universal”. Como se vive a “experiência literária” nos espaços não centrais? Sem dúvida, todos temos experimentado em algum grau (inclusive aqueles que trabalham nos centros) essa sensação de “carência” (de ferramentas, de bibliografia) e de exclusão (da história literária, do discurso crítico em voga etc.) que toda teoria literária impõe de maneira sutil ou descarada.

Neste ponto, o problema toma uma nova direção: a do ensino da literatura no espaço da universidade (ou crítica acadêmica) e a de um novo contexto: o do auge das indústrias culturais. Já não é somente a indiferença do discurso teórico, como também a tergiversação das novas estratégias de mercado que fazem – ou costumam fazer – das regiões um exotismo temático muito próximo ao folclore pós-moderno (leia-se literatura do Norte, dos Pampas, do Amazonas, da Costa, etc) ou uma globalidade suspeita (em que não existem diferenças e a nova ordem econômica garante uma falsa igualdade tecnológica e temática). É preciso, pois, um discurso crítico que faça valer a autonomia de seu espaço de enunciação. Ação complicada e perigosa mas urgente. Estes apontamentos vão nessa direção, ainda que me apresse a reconhecer que a sua intenção está mais próxima da cartografia, da descrição de um território ainda desconhecido. Não é tampouco um ato de conquista mas uma possibilidade. Elias Canetti (1994, p.73), em seu ensaio “Diálogo com o interlocutor cruel”, definia os apontamentos (para distingui-

los de outro gênero “menor”: o diário) como escritos que “são espontâneos e contraditórios. Contêm idéias que às vezes brotam de uma tensão insuportável, mas frequentemente também de grande superficialidade . Um risco e uma ameaça: a contradição e a superficialidade. Dois impulsos: a espontaneidade e a tensão. Eis aqui os perigos e as possibilidades destas modestas anotações minhas. O perigo seria a condição sempiterna de gérmen, de semente de uma obra que talvez nunca chegue (penso inevitavelmente nos *Apuntes para la teoría literaria*, de Alfanso Reyes), mas também confio na alta probabilidade de que esse gênero (ou “subgênero”) possa manifestar ao menos a expressão de uma experiência (de novo penso nos *Apuntes...* de Reyes).

Em primeira instância, seria necessário começar com os primeiros problemas que enfrenta a crítica regional. O primeiro é de ordem semântica: o que significa “crítica regional”? Um discurso reflexivo que fala sobre uma região exclusivamente, ou um pensamento crítico produzido em uma região qualquer? Inclino-me pela segunda opção, mas esclarecendo que, embora a crítica regional possa (e deva) abordar temas gerais (requer manter um diálogo permanente) com o mesmo direito que a crítica metropolitana, uma de suas funções primordiais consistirá em dar conta da produção local não somente para tentar corrigir uma “literatura nacional”, mas também para ajudar a ativar o campo literário regional. Como podemos observar, sua função vem suprir uma carência: a falta de atividade na vida literária. Sem crítica não há literatura, mas um catálogo de obras publicadas, na maioria dos casos, por instituições públicas (universidades, secretarias de educação ou de cultura) ou por um grupo de amigos ou editores independentes. E, sem um diálogo com a visão central, não há literatura nacional, mas literatura homogênea.

A definição dessa atividade intelectual obriga a manter o acento no caráter aberto e na ação de discutir e avaliar todos os fatores para não cair na gíria chauvinista que faz da crítica regional um panfleto da secretaria de turismo. Não; é preciso reconhecer as

carências da produção literária caseira: seu “atraso” com relação às obras escritas ou difundidas na capital, mas dando conta de seu próprio desenvolvimento: quais têm sido as causas para que nossas obras privilegiem gêneros específicos e descartem outros? Que tipo de experiência têm tentado transmitir os autores marginalizados geograficamente? Penso num amplo repertório que vai desde os discursos nacionalistas das festas nacionais às produções poéticas de corte neoclássico, e de descrições costumbristas a romances atuais, povoadas, na sua maioria, de personagens que respondem mais a uma visão estereotipada das regiões que a um processo interno de criação literária.

Antes de mais nada é preciso ter em conta que estamos trabalhando com uma carência, com um longo silêncio. Não contamos com histórias regionais críticas, mas com catálogos de obras e autores, no melhor dos casos. O século XIX representa um verdadeiro território ignoto, em que a falta de imprensa em muitas regiões e o descuido dos cronistas locais promoveram um impressionante desconhecimento. Sem sentido da tradição e sem uma vida literária sustentada pela recepção crítica, as literaturas regionais ficam à mercê das prebendas outorgadas pelas capitais.

A teoria crítica deveria, pois, partir desse ponto: tentar iluminar esse vazio, e tratar de mostrar que não é somente um espaço vazio, mas um *corpus* sem integração. O questionamento deveria partir da atividade cultural durante o período colonial (muitas regiões cultivaram uma vida artística “secundária” durante esse período), mas sobretudo é preciso enfatizar os momentos do início da vida independente. Ali começam os debates entorno da futura relação das periferias com o centro: discussões sobre a possível unidade nacional ou sobre a suspeita independente organização federativa. Em poucas palavras, tomamos a cargo a elaboração discursiva das novas identidades coletivas.

Posteriormente, seria necessário deixar de lado as concepções universalistas do fenômeno literário e começar a trabalhar a partir

do contexto enunciativo. Estabelecer os “momentos decisivos” de que falava Antonio Cândido em seu texto fundamental (e pilar da crítica regional latino-americana): *A formação da literatura brasileira*. Requer-se um corte temporal para tentar um novo modelo de periodização, base para uma futura historiografia literária. Agora bem: que devemos entender por “momentos decisivos” e como poderíamos estabelecê-los em nossas pesquisas? Primeiramente, falaria de acontecimentos, criações e interpretações da comunidade letrada. A dimensão temporal é em si mesma vasta e complexa, e costuma ir mais além das criações literárias, mas toda produção está inscrita no tempo: é, de fato, uma forma de interpretação do temporal. Na realidade não falo do tempo no singular, mas de muitos tempos, ritmos diversos que costumam dar prova da heterogeneidade local.

Falo de temporalidades, porque uma saída fácil para a classificação das produções literárias marginais tem sido relacioná-las a escolas e movimentos literários centrais. Termos como romantismo, parnasianismo e tantos outros se utilizam com facilidade perigosa ao extremo. Tomar sem questionar tais classificações significa anular de fato qualquer possibilidade de sobrevivência para uma teoria crítica regional. A prioridade, estabelecer um paradigma caseiro, trabalhar com ele e começar a desbravar o terreno desconhecido (ou semi-desconhecido) das literaturas regionais. Tal empresa significaria desde o começo um enfrentamento direto com as estratégias de poder que têm configurado nossos cânones estéticos e ideológicos. Sem dúvida, neste ponto, a crítica de José Carlos Mariátegui representa um antecedente fundador.

O choque passa por diversos níveis, mas quase todos eles têm a ver com certos tipos de problemas de enfoque: como é possível configurar uma literatura representativa de uma região sem passar por ou ficar nos estereótipos fixados normalmente de fora dessa zona de produção? Como conseguir incorporar as produções locais ao cânone nacional, latino-americano ou global, sem que tais obras

percam seu caráter peculiar? Mas sem tornar esse caráter peculiar uma fórmula de venda ou propaganda barata? Ou mais recentemente: como evitar a fixação mercantilista do regional propagada pelas atuais indústrias culturais? Esses questionamentos antecedem e prefiguram uma nova responsabilidade para a configuração de uma teoria crítica com caráter regional: sua relação com a já mencionada história literária, somada a um necessário vínculo com a crítica pública ou midiática. Na medida em que se “conquiste” um espaço maior nos meios de comunicação, poderão equilibrar-se os efeitos nebulosos dos decretos estabelecidos pelas casas editoriais transnacionais, da mesma forma será possível configurar, através de uma dimensão crítica, um sistema literário mais horizontal. Porque algo é certo, salvo evidentes exceções, a vida literária das regiões na América é precária (refiro-me sobretudo a uma série de aspectos que partem não precisamente da criação, mas da recepção, difusão e discussão dos textos literários), e a criação literária como tal ocupa um lugar marginalizado (sobre a crítica há pouco que acrescentar: a margem de uma margem). Evidentemente nos enfrentamos com um problema maior e o esforço requerido é – deve ser – notável.

A teoria crítica regional, em si, deve questionar para quem escreve e qual será o fim do conhecimento produzido por ela e como afetará ele o sistema literário local. Paul de Man demonstrou acertadamente que a dinâmica do ensino universitário da literatura e sua reflexão escrita (leia-se crítica y teórica) requerem invariavelmente uma série de fórmulas que garantam o espaço dos estudos literários nas áreas humanísticas. As fórmulas funcionam porque geralmente são imóveis e asseguram uma rotina pedagógica (a *reprodução* de um conhecimento certificado). Mas também é certo que todo esforço teórico deve basear-se (em algumas ocasiões de maneira “negativa”) inevitavelmente em “considerações pragmáticas”. Retomo Paul de Man (1990, p.13) : “Uma tomada de posição geral sobre a teoria literária não deveria, em teoria, partir de considerações pragmáticas. Deveria tratar de questões como

a definição da literatura (que é a literatura?) e debater a distinção entre os usos literários e não literários da linguagem...” Até aqui de Man. Detenho-me agora numa frase aparentemente negativa, esse *não deveria*. Não deveria basear-se a teoria em considerações pragmáticas, e no entanto se baseia, sempre tem-se baseado (de Man sabia disso; Roberto Fernández Retamar inclusive tinha advertido isso antes que o crítico metropolitano). Essa “condenação” é – deve ser – a grande possibilidade para a concreção de uma ou várias teorias críticas regionais. A relação direta com o objeto, sua discussão e diálogo com ele, a iluminação dos vasos comunicantes entre obra, crítica e zona de recepção primária.

Isso enquanto atividade acadêmica. Com respeito à relação da literatura e da crítica regionais com as indústrias culturais, somente posso aventurar alguns rumos e algumas possibilidades. É vidente que a dinâmica empresarial está afetando diretamente os campos literários de América Latina. A “bem-aventurada” globalização consolidou uma distribuição homogênea de títulos, formas, estilos e autores. E o ingresso neste vasto mercado precisa de um “contrato” que poderíamos definir como “unitário”; cobrir todos os requisitos para o “êxito”. Os autores, os autores regionais já não requerem realizar a famosa e instrutiva viagem ao centro. Se contam com um agente hábil em tais tarefas, contarão com financiamento e difusão sem ter que abandonar sua aldeia. Mas, apesar de tudo, isto só representa uma parte (talvez a mais visível agora) do fenômeno literário. Nem a globalização nem a mercantilização massiva obterão o monopólio da literatura. A possibilidade maior, ou poderíamos dizer: a salvação maior radica num ato de leitura: ler criticamente o fenômeno e emitir um juízo. Um dever maior ainda: ampliar o alcance do discurso crítico de tal juízo.

Mas, para donde se dirige uma empresa como esta (a possível redação de uma teoria regional)? Avanço uma resposta como síntese de conclusão destas anotações: para uma revisão contínua. A sustentação: o olhar crítico, a leitura capaz de contemplar-se a si mesma e dar conta do processo. Nossa teoria crítica deverá suspeitar

da infalibilidade de todo discurso teórico, e questionar as instâncias onde se produzem e distribuem as noções básicas do literário, do nacional e do global. Mas sobretudo deverá levar seus agentes a um compromisso com uma atitude pública, isto é, terá que fazer dos críticos sujeitos responsáveis por seus juízos. Somente a partir dessa atitude desafiante, nossos apontamentos terão a possibilidade de deixar de ser um impulso “espontâneo e contraditório”, para converter-se em uma prática concreta, precisa e necessária.

Referências

CANETTI, Elías: Diálogos con el interlocutor cruel. In **La conciencia de las palabras**, tradução de Juan José del Solar, México: Fondo de Cultura Económica, 1994.

HOBBSBAWN, Eric. **Naciones y nacionalismo desde 1780**. Trad. Jordi Beltrán. Barcelona: Crítica. 2000.

MAN, Paul de: La resistencia a la teoría, in: **La resistencia a la teoría**, edición de Wlad Godzich y traducción de Elena Elorriaga y Oriol Francés, Madrid: Visor, 1990.